

Vidigal acha inevitável uma nova economia

BRASILIA — A política econômica do País será alterada, mesmo que o PDS ganhe as eleições para a Presidência da República, previu ontem o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal.

O empresário não acredita na continuidade da atual política econômica, caso o PDS vença no Colégio Eleitoral, porque "mesmo na época em que o candidato era tirado do bolso do colete, as regras mudavam". Vidigal acha que, agora, com uma acirrada disputa pela Presidência, "é natural que o futuro Chefe do Governo queira ditar os rumos que considera mais adequados para o País".

Para o Presidente da Fiesp, é difícil prever o que vai acontecer na área econômica durante o próximo Governo, mas destacou que as preocupações fundamentais dos empresários brasileiros são a redução do déficit público e o combate à inflação.

Vidigal considerou muito alto o aumento de sete por cento ao ano no Produto Interno Bruto (PIB), a partir de 85, previsto no plano de emergência proposto pelo Diretor-Superintendente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz. Admitiu, contudo, que já existe espaço para uma pequena retomada do crescimento em 84, tendência que será consolidada nos próximos anos. O empresário está também pessimista em relação a uma possível queda da inflação este ano.

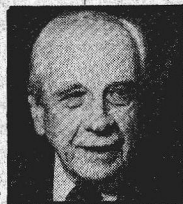


VIDIGAL

1

A solução 'radical' de Bulhões

BRASILIA — "Eu sou mais radical. Procuro eliminar a inflação o



BULHÕES

completamente para poder dar sossego definitivo a todos", disse ontem o professor Octávio Gouvêa de Bulhões, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ao se manifestar contrário a elevação do limite de 50 por cento para a expansão da Base Monetária (emissão primária da moeda), como pretende o Governo.

— O senhor acha que o monetarismo ainda pode ser praticado? — indagou um repórter.

— Não se trata de monetarismo. A minha defesa é de uma política generalizada para que no futuro não se fale tanto em moedas e se possa ter uma economia saneada — explicou Bulhões.

2

Dívida, o assunto de Bornhausen

SÃO PAULO — A comunidade financeira internacional gostaria que os integrantes do



BORNHAUSEN

próximo Governo participassem da renegociação da dívida externa brasileira, junto com as atuais autoridades econômicas, assim que se definir quem será o sucessor do Presidente Figueiredo. A informação é do Presidente do Unibanco e da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Roberto Konder Bornhausen.

O banqueiro disse que os credores internacionais do Brasil desejam a fixação de um programa de longo prazo, que não se limite a um único Governo. Para Bornhausen, os progressos obtidos pelo País em seu balanço de pagamentos e os expressivos superávits na balança comercial lhe dão melhores condições de renegociar sua dívida externa.

3

Retomada, a fórmula de Moreira

POR-TO ALEGRE — A melhor saída para a crise brasileira ainda é a retomada do desenvolvimento econômico, a partir da renegociação da dívida externa, afirmou o empresário Benedicto Moreira, ex-Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex).



MOREIRA

Em palestra na Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, ele defendeu também menor ingerência do Governo, tanto nos negócios internos quanto na política de exportação.

A dívida externa, para Moreira, só poderá ser renegociada por um novo Governo, "que deverá reivindicar uma fórmula de pagá-la dentro das nossas possibilidades, ou seja, com prazos mais longos e juros menores".

4

Leonídio pede fim da estatização

SÃO PAULO — A classe empresarial deve exigir dos candidatos à Presidência da República um programa em que assumam a promessa de desenvolver esforços para pôr fim à estatização da economia brasileira. A posição foi defendida ontem pelo Presidente da Sul America de Seguros, Leonídio Ribeiro Filho.



RIBEIRO

Para ele, o próximo Governo deveria estabelecer com os empresários uma ponte de contato, de forma a permitir consultas permanentes durante o processo de renegociação da dívida externa brasileira.

— "Tenho certeza de que a política econômica não será mudada neste final de Governo Figueiredo. O importante é que as regras do jogo econômico sejam mantidas, de forma a criar-se bases favoráveis para a nova administração — disse Ribeiro Filho.